

TRABALHO INFANTIL E EDUCAÇÃO: práticas e abordagens no ambiente escolar numa perspectiva de preservação de direitos

Clara Paiva Nascimento¹
Sérgio Henrique de Lima Soares²
Maria do Socorro Castro Hage³

INTRODUÇÃO

A realidade brasileira na atualidade, conta ainda com o processo de desenvolvimento de suas estruturas para sua autonomia. Como país subdesenvolvido, apresenta déficits pertinentes em seu quadro de desenvolvimento humano, há exemplo aqui estudado, o trabalho infantil. Essa constante, ainda não solucionada, deixa subsídios para falhas graves no processo de desenvolvimento de jovens e crianças.

Infelizmente, o trabalho infantil, é uma realidade que assombra o processo de desenvolvimento da nação e sua soberania, à medida que o mesmo, retira de jovens e crianças direitos a tudo aquilo que poderia lhe possibilitar mobilidade social. No entanto, essa perspectiva, não é um mero acaso da modernidade do nosso país, segundo (RUDGE, et al, 2019) a existência do trabalho infantil no Brasil, ocorrem bem antes mesmo de ser programado república. Deste modo, enfatiza-se o quanto são profundas as raízes desse déficit social na realidade brasileira.

Desta forma, torna-se mais compreensivo o entendimento da realidade do trabalho infantil dentro da cidade de Castanhal/PA, tendo em vista que é algo pertinente em todo país. Seguindo este pressuposto, o trabalho firmado pela prefeitura de Castanhal, SEMAS (Secretaria Municipal de Assistência social) e NECA (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes) foi crucial para entender como o trabalho infantil acontece na cidade. Tendo a obtenção deste resultado, a partir de uma pesquisa e levantamento de dados nas escolas do município.

O eminente trabalho, que surge a partir da pesquisa estabelecida pela prefeitura de Castanhal/PA, trata-se de um relato de experiência, oriundo da participação de estudantes de Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Pará, em conjunto a equipe formada pela SEMAS de Castanhal/PA. A realização da pesquisa, ao qual os alunos foram inseridos, tem a finalidade de estabelecer o quadro de dados sobre o trabalho infantil no município. Inicialmente, a oportunidade de se inserir a pesquisa, surge entre a parceria estabelecida pela Universidade estadual do Pará com a SEMAS, com o objetivo de realizar o primeiro estágio supervisionado dos alunos de Ciências Sociais da turma de 2016, campus X.

A oportunidade do estágio em conjunto a pesquisa, foi de suma importância para o levantamento de dados sobre o trabalho infantil em Castanhal, além de responder a um déficit que a cidade devia há quase duas décadas ao MPT (Ministério Público do trabalho). Além disso, tornou possível a realização deste relato de experiência, ao qual evidencia a importância da prevenção e erradicação do trabalho infantil, no resguardo da educação de jovens e crianças,

¹Graduada pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará - UEPA, clarapaiva229@gmail.com;

²Graduando pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará - UEPA, sergio.soares567890@gmail.com;

³Professor orientador: Pós - Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, socorrochage@hotmail.com.

assim como seus respectivos desenvolvimentos humano, sendo estes alguns dos seus respectivos direitos.

Sendo assim, este relato toma como objetivo evidenciar a importância do ambiente escolar em prevenir e encaminhar o processo de erradicação do trabalho infantil. Ademais, tendo como objetivos mais específicos, demonstrar a significância de práticas de abordagens no ambiente escolar, sendo pelo corpo docente ou até mesmo por outras instituições sociais, que estejam inseridas na preservação de direitos. Reafirmando, o espaço da educação como meio de prevenir e preservar o bem-estar de jovens e crianças, afins de colaborar para seu processo de desenvolvimento humano.

O trabalho, configurado em um relato de experiência, acompanha-se de uma revisão bibliográfica, onde buscou demonstrar a importância das práticas realizadas durante toda pesquisa. A revisão, foi estruturada a partir de leituras e reflexões de artigos e periódicos obtidos pelas plataformas CAPES e Scielo. Este planejamento metodológico, possibilitou a obtenção de resultados e discursões em torno do relato de experiência.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para a construção da pesquisa, foi pensado o ambiente escolar da cidade de castanhal. A pluralidade de indivíduos nesses ambientes poderia fornecer informações suficientes para pesquisa. A seleção das escolas partiu dos seus respectivos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, onde castanhal conta com sete instituições. Desses sete CRAS seriam escolhidas duas escolas de cada instituição, com intuito de otimizar e organizar a distribuição entre as escolas castanhalenses.

Para além disso, é então, apresentado o questionário (instrumento de coleta de dados) que seria utilizado durante toda pesquisa. Sua estrutura continha perguntas que tinha por objetivo deter informações básicas como: nome, sobrenome do aluno e dos responsáveis, endereço e dados da instituição que estudava. Esta primeira parte cabia para identificação do aluno caso a constatação de trabalho infantil. A segunda parte, tinha o real intuito do mesmo, que era evidenciar casos de crianças em condição de trabalho, contendo perguntas desde realização de tarefas domésticas a outras atividades que fossem além de uma ajuda familiar.

A ênfase abordada dentro da segunda parte do questionário, era justamente para obter a melhor forma de explicar e ter a compreensão dos alunos. Pois, a premissa de se perguntar a realização de tarefas domésticas, era justamente para desmitificar que essas tarefas não seriam trabalho, e assim o entendimento do que realmente seria o trabalho infantil. Evitando qualquer equívoco e má interpretação.

Feito isso, o questionário apresentou um leque de opções de profissões que os alunos poderiam está realizando ou não. Após esta segunda fase, seguindo para terceira e última, apresentava-se perguntas sobre turno que praticava tal profissão, os horários e se recebia por esse trabalho. A terceira parte do questionário, continha uma pergunta crucial, que era se o aluno via que seu trabalho era de fato trabalho ou não, tendo a seguinte pergunta: “você trabalha?”

A necessidade da pergunta, cabia para o entendimento sobre a realidade sociocultural da criança. Esta pergunta, que anteriormente ficava antes do quadro de profissões passou para parte seguinte, com a finalidade de interpretar se a criança tinha o entendimento que estava trabalhando ou não. Em virtude de que, em muitas realidades familiares se naturaliza o trabalho infantil, fazendo da criança membro produtivo do corpo familiar, e sem a compreensão por parte da criança que faz parte disso (PAGANINI, 2011)

Seguindo algumas ressalvas e mudanças na nomenclatura do questionário para uma melhor compreensão por parte das crianças, além de um diálogo sobre o conceito sociocultural do trabalho infantil, finaliza-se o processo de compreensão e reorganização do material de pesquisa fornecido pelo NECA. Este processo de capacitação, possibilitou uma experiência de aprendizado com outras instituições sociais voltada a preservação de direitos, e o aprimoramento na coleta de informações resguardando a integridade da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Iniciado no dia 04 de abril de 2019, o estágio supervisionado I realizado na SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social de castanhal/Pá, assume em conjunto ao NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e ao Adolescente, a responsabilidade do planejamento e execução de questionários, com intuito de construir uma amostra respectiva aos caso de trabalho infantil em castanhal. A necessidade da construção de uma amostra, partiu da visibilidade de menores em condição de trabalho dentro da cidade, assim como também, devido a resultados conturbados de amostras passadas sobre a respectiva irregularidade.

Além do que, esta pesquisa corrobora para o entendimento da importância de instituições, tais como a SEMAS e NECA, que em suas diretrizes tem como o dever fiscalizar, cobrar e se possível transformar a realidade social, estando sempre acompanhadas do entendimento de políticas e seus respectivos resultados a sociedade. Além disso, o estudo e planejamento de uma intervenção nesse processo que não ocorre somente dentro da cidade de castanhal/Pá, mas em todo país, possibilita o entendimento e reconstrução de ideias pré-estabelecidas.

Ademais, um dos grandes empecilhos que impedem o fim do trabalho infantil repousa justamente sobre o aspecto cultural de que o trabalho além de trazer a dignidade extermina qualquer intuito a criminalidade. E sendo os vulnerais a essas situações, crianças de periferias mais pobres, o discurso encaixa-se com perfeição. No entanto, essa ideia em sua maioria não se concretiza na realidade, pois devidos as péssimas condições sociais e falta de qualificação o jovem não consegue alcançar a mobilidade social e mais uma vez encontra-se vulnerável. (VIERA; BARBOSA, 2013)

Por conseguinte, não ter o respeito com essa fase crucial para os jovens e crianças para seus respectivos desenvolvemos ou cogitar a educação para fuga de uma realidade caótica, auxilia o ciclo vicioso que os mesmos se encontram. (Mazzotti, 2002) assegura que muito dos efeitos do trabalho infantil está na evasão escolar, o que diminui o processo de qualificação e desenvolvimento humano. A construção de novas perspectivas, torna-se o primeiro passo para mudança de hábitos e aspectos culturais, ressignificando a infância e adolescência.

A partir dessa compreensão, durante o estágio em seu momento inicial, para além das resoluções burocráticas com a finalidade do exercício regular, foi dado o início ao processo de capacitação e o primeiro contato com as representantes do NECA. Desta maneira, contando com a presença de Maria Lucia Dias Gaspar Garcia e Meive Ausonia Piacesi, foi entalecido o primeiro contado e uma parceria. Ademais, foram apresentados os objetivos e possíveis resoluções para o futuro da pesquisa, além de um diálogo aberto sobre o entendimento do trabalho e trabalho infantil.

Para além disso, encaminhando-se para execução da pesquisa, há um novo direcionamento dentro da SEMAS, para a vigilância, aparelho este encarregado pela execução

da pesquisa e supervisão de campo do estágio. A vigilância, reside como aparelho de fiscalização presente na SEMAS, tendo como objetivo investigar os possíveis casos de vulnerabilidade, assim como a eficiência dos padrões dos serviços sociais. A sua frente, na figura de coordenador conta com a representação de Michel Brito Lima, que além de coordenador da vigilância, em conjunto a Rogério Lemos de Souza e Hellen Jordana Oliveira da Costa supervisionaram o campo de estágio.

A partir deste novo direcionamento e parte inicial da execução da pesquisa, ocorreu o processo de seleção das possíveis escolas para a amostra. Desde já, contendo informações importante de cada uma delas, desde a taxa de evasão e o número de alunos e turmas. Informações estas fornecidas pela SEMED – Secretaria Municipal de Educação, que também estabeleceu parceria para realização da pesquisa, estendendo o contado com as escolas para a realização das visitas e aplicações.

No entanto, cabia ainda a pesquisa estipular um número para os questionários que fosse suficiente para suprir as escolas e suas turmas de 5º a 9º ano. Em um primeiro momento, foram estabelecidos 935 questionários para aplicação em escolas municipais e estaduais. Porém, esse número apresentou-se insuficiente após o início das aplicações, subindo para 1800, dobrando o número da amostra.

Feito isto, foi estabelecido o calendário de aplicação dos questionários nas respectivas escolas selecionadas. O início das aplicações ocorreu do dia 24/04/2019 ao dia 13/05/2019, atendendo a demanda das escolas municipais e estaduais, assim como de suas turmas de 5º a 9º ano. Desta forma, chegando a um número de 18 escolas visitadas durante a realização da pesquisa.

A dinâmica estabelecida para a aplicação dos questionários, seguia um roteiro composto por um supervisor e três estagiários. Esta dinâmica, iniciava-se com a figura do supervisor que estava ali presente para auxiliar a entrada dos estagiários dentro das escolas, e permitindo a execução do que havia se planejado. Durante a execução dos questionários cabia a um dos estagiários fazer uma breve introdução do que se tratava a visita e introduzir uma fala que se pode ser compreensiva a todas as idades, permitindo o entendimento do que de fato seria trabalho infantil.

Após está explicação, cabia a um segundo estagiário explicar minuciosamente cada etapa do preenchimento do questionário, afim de evitar qualquer má interpretação. Servindo ao terceiro estagiário, se pôr à disposição de qualquer dúvida que fosse apresentada durante a explicação ou preenchimento do questionário. Desta forma, com muita atenção e dedicação com cada aluno em suas respectivas salas e escolas, se executou a aplicação dos questionários, tendo como resultado uma amostra de 1800 alunos.

Todavia, umas das grandes dificuldades apresentadas durante a aplicação da pesquisa, ocorreu em detrimento ao processo de compreensão dos alunos do que de fato era trabalho ou não. Apesar, de toda as instruções e leituras feitas durante o momento de explicação do projeto, ainda ocorria de alunos não terem a compreensão do que possíveis “tarefas domesticas” que realizavam no seu dia-a-dia se configuravam em trabalho infantil. Isso demonstra, o quando está enraizado histórica e culturalmente nas diretrizes familiares que o trabalho infantil é natural. (MONTE, 2008)

A discussão estabelecida sobre esta problemática durante a explicação para os alunos, girava em torno do estatuto da criança e do adolescente – ECA, o qual o mesmo deixa claro as faixas etárias para trabalhar. O ECA evidencia que crianças menores de 14 anos não podem trabalhar de forma alguma, para as maiores de 14 anos, podem exercer a função de jovem

aprendiz, assim como as maiores de 16, ter a carteira assinada, mas não trabalhando em profissões de risco ou em turnos noturnos.

Além do que, sempre se reforçava o entendimento sobre o que seria trabalho e tarefas domésticas. Mas por outro lado, evidenciando que uma tarefa doméstica a partir do momento que impede a criança ou jovem de exercer seus direitos previstos pelo ECA, em especial o direito a educação, esta tarefa passa automaticamente a se configurar em trabalho. O que infelizmente, foi possível constatar na realidade de algumas crianças, a exemplo podendo citar aquelas aos quais tem que se dedicar o dia todo a cuidar de seus irmãos menores e não podem frequentar as aulas.

Então, sobre essas premissas se finalizou a aplicação dos questionários, partindo para o processo de apuração e tabulação dos dados conquistados. Cada estagiário ficou responsável de tabular aproximadamente 230 questionários para suas respectivas planilhas no Excel pré-produzidas pelo coordenador da vigilância, Michel Brito Lima. Neste sentido, ao fim do estágio, no dia 15/05/2019, tendo entregado todos os dados tabulados, se encerrou o estágio supervisionado I. Tendo como bônus, além da consolidação da pesquisa, uma vasta experiência e a criação de parceria com todos os envolvidos durante a execução da pesquisa. legitimando, que a construção em conjunto pode trazer a transformação social, como aqui referido, de jovens e crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao fim da pesquisa, foram obtidos resultados significativos e importantes para o mapeamento e entendimento do quadro do trabalho infantil em castanhal. Deste modo, dentre as turmas visitadas de 5º ano 450 alunos responderam aos questionários, ao 6º ano 304, ao 7º ano 427, ao 8º ano 323 e ao 9º ano 271, tendo como não informados 08 alunos e somando um total de 1787 questionários apresentados. Desta forma, temos 935 anos do sexo feminino e 852 do sexo masculino, o que apresenta o percentual de 48% são do sexo masculino e 52% do sexo feminino.

Aos números que correspondem aos alunos, 388 afirmaram trabalhar, 1362 negaram que trabalham, e 37 não informaram. O que nos apresenta um percentual, de 76% para alunos que não trabalham, 22% para os que trabalham e 2% aos que não informaram. Entre os alunos, estabeleceu uma porcentagem entre a idade e o trabalho, tendo como resultado as crianças de 10 anos, 12% trabalham, aos de 11 anos 17%, as de 12 anos 12%, as de 13 anos 18% , aos de 14 anos 19% e aos de 15, 16 e 17anos apresentam percentual de 9%, 4% e 6%, respectivamente. A significância de tais dados acima, está presente no “*relatório final diagnóstico sobre trabalho infantil em castanhal Pará.*”

A partir desses dados, se evidenciam a necessidade da intervenção do município em conjunto às suas instituições socioassistenciais em intervir e mudar as respectivas realidades. O número de 235 menores entre 10 a 14 anos, evidencia-se não só a concretização do trabalho infantil, como uma amostra preocupante entre aproximadamente 1800 questionários, além de representar níveis altos a cidade, tendo ela aproximadamente 200.000 habitantes. Esse contingente, é suficiente para perpetuar a dinâmica do trabalho infantil na cidade, o que pode levar a sua naturalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi de suma importância a concretização da pesquisa, assim como o relato de experiência obtido através da mesma, pois, tendo em vista os cenários dentro do contexto social que ainda existem o processo de vulnerabilidade. Por conseguinte, mesmo em uma tentativa de superação não conseguem alcançar sua mobilização social. Pois, o medo de ter seus filhos indo para violência, levam aos pais negligenciarem o que poderia ser a solução e transformação das suas realidades.

Não há como dizer que o trabalho infantil não exista, ele está cada vez mais presente, no entanto sendo naturalizado, a ponto de chegar a ser legalizado. E desta maneira, que cabe a reflexão de que tipo de indivíduos serão desenvolvidos a parti dessa concepção. O fato é, que hoje mesmo que o indivíduo tenha um emprego, não é requisito para que o mesmo não esteja em situação de vulnerabilidade. Com isso, por unicamente o trabalho como medida socioeducativa para transformar a realidade destas crianças não é suficiente.

Além disso, a educação jamais deveria ser negligenciada, deveria ser posta como pilar para quaisquer medidas de transformação social, para que o indivíduo não tivesse de ter que escolher entre trabalhar ou estudar. A premissa de uma educação libertadora, reside justamente em construir um ser que possa além de se transformar, trazer a transformação para todos ao seu redor. Por isso, a necessidade de demonstrar que a criança e o jovens tem direitos, aos quais precisão ser respeitados para quebra de um ciclo vicioso.

Em síntese, ressalta-se a importância de parcerias iguais as que ocorreram durante o processo de estagio e pesquisa. Pois, ter o suporte de uma instituição como a SEMAS e a NECA foi de extrema importância pra difundir o conhecimento adquiridos em sala de aula e o aprimoramento do mesmo. Que para além de uma experiência única, tornou possível graduandos em ciências sociais vislumbrar suas possíveis potencialidades na vida profissional e seu poder de transformação social.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 1, p. 87-98, 2002.

BRASIL. Lei n. 8.069 - 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1985.

DO MONTE, Paulo Aguiar et al. Exploração do Trabalho Infantil no Brasil: Consequências e Reflexões. **Economia**, v. 9, n. 3, p. 625-650, 2008.

LIMA. Débora Fernanda, ALVES JR. Glauco Robson. **Trabalho infantil no brasil**. vol7_n3_2013

PAGANINI, Juliana. O trabalho infantil no Brasil: uma história de exploração e sofrimento. **Amicus Curiae**, v. 5, p. 1-11, 2011.

RUDGE, Maria Ângela; et al. **Relatório final diagnóstico sobre trabalho infantil em castanhal Pará**. Associação dos pesquisadores de núcleos de estudos e pesquisas sobre crianças e adolescentes - NECA. Castanhal, Pa, 2019.